



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Alves de Souza, Guaraci Adeodato  
NOVAS PERSPECTIVAS SOCIODEMOGRÁFICAS  
Caderno CRH, vol. 18, núm. 43, enero-abril, 2005, pp. 9-13  
Universidade Federal da Bahia  
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632166001>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# NOVAS PERSPECTIVAS SOCIODEMOGRÁFICAS

## INTRODUÇÃO

*Guaraci Adeodato Alves de Souza*

Os trabalhos integrantes deste dossiê apontam para **Novas Perspectivas Sociodemográficas**, nos dois sentidos da palavra perspectiva. De um lado, indicam implicações de mudança sociodemográfica de grande amplitude e impacto, buscando discernir **possibilidades e expectativas quanto ao futuro**, uma vez que as novas lógicas de reprodução social e demográfica suscitam perplexidades e questionamentos. Por outro, entendendo a demografia como ciência social, mas de distintos **ângulos de visão**, tentam decifrar essas lógicas e seus significados com uma preocupação epistemológica semelhante: representar objetos científicos **demográficos** num plano analítico relacional, como processos movidos e vivenciados por atores sociais e elementos intrínsecos à vida social, portanto como processos sociodemográficos.

São análises empíricas fundadas em teorias, que buscam responder a questões dessas duas perspectivas e formular proposições, dúvidas e reflexões críticas importantes. Expressões de uma ciência viva, que está sempre se construindo e reconstruindo através do debate e da pesquisa.

Embora não descrevam trajetórias e determinações da mudança a que se referem, têm em conta que a sociedade brasileira, como a de outras partes do mundo, mudou profunda e rapidamente na virada para o século XXI. E que isso decorreu não apenas da reestruturação produtiva e da remodelação política e institucional do Estado, acompanhando, em parte, processos de globalização, mas resultou, também, da reestruturação no circuito da **produção dos homens** (Engels, 1979, p. 2; Oliveira, 1976) ou da **sucessão das gerações** (Camargo, 1980; Souza, 1996, 2003), componente sociodemográfico da reprodução social<sup>1</sup> articulado (e não subsumido) ao circuito da produção e circulação de bens e serviços. No Brasil, a acelerada mudança sociodemográfica estrutural significou ampla generalização e consolidação de novos padrões de sucessão das gerações, com características distintas das que prevaleceram até os anos 70 do século XX.

<sup>1</sup> Ou processo histórico de manutenção-transformação da vida social.

No jargão tradicional da demografia, diz-se que, no Brasil e demais países de América Latina, *a transição demográfica completou-se* (Bongaarts; Bulatao, 1999) com extraordinária rapidez nas duas últimas décadas do século XX. No Brasil, o declínio acelerado da fecundidade fez cair a taxa de crescimento vegetativo ou de crescimento intrínseco para um nível próximo ao de reposição, ficando a fecundidade total, na média para os estados ou o país, próxima de 2,1 filhos por mulher, ou bem abaixo disso em amplas áreas e segmentos sociais (Berquó; Cavenaghi, 2004). A composição por idade sofreu grande envelhecimento, tanto pela redução acentuada e sistemática das novas gerações que foram sendo constituídas entre 1980-2000, apesar do aumento da sobrevivência infantil, quanto pelo aumento da longevidade até idades bem avançadas (sobretudo entre as mulheres) e da população com 65 anos e mais, o grupo que mais cresceu. Prevalecem, agora, padrões de reprodução demográfica mais semelhantes aos dominantes nos países europeus, por todo o século XX, e em outros países mais desenvolvidos, desde a 2<sup>a</sup> metade desse século, o que tem implicações decisivas sobre as demais dimensões da vida social.

Agora, a sociedade move-se através de outros sistemas de estratégias e práticas referentes a várias e importantes dimensões da vida social, como os que articulam e modelam os modos e condições de realização social dos quatro componentes intrínsecos da sucessão das gerações – a preservação da saúde e da sobrevivência, o exercício da sexualidade e o casamento, a procriação e a criação-socialização de filhos (Souza, 2003). Esses sistemas apresentam significativa variabilidade social por classe, gênero e gerações, que precisam ser melhor conhecidos nas suas características, face às contradições, dificuldades ou facilidades que geram. No primeiro artigo, Marina Ariza y Orlandina de Oliveira, face ao novo quadro sociodemográfico do México, similar ao do Brasil, testam empiricamente hipóteses teóricas referentes aos nexos entre gênero e classe, como um eixo de produção ou alimentação de desigualdades sociais, e avaliam em que medida as diferenças de

gênero se modificam conforme a inserção de classe.

A análise empírica baseada na “*Encuesta de Salud Reproductiva (ENSARE-1998)*” do Instituto Mexicano de Seguro Social reconstrói concepções – normativas e valorativas – sobre a sexualidade, a procriação, os cuidados com o corpo e com a saúde sexual-reprodutiva, as relações conjugais e as orientações de socialização de filhos, que estruturaram a idéia de **controle da sexualidade** e mostram como se expressam as desigualdades de gênero e classe nesse campo.

A discussão teórico-interpretativa que as autoras tecem em torno dos resultados empíricos enriquece a apreensão dos jogos simbólicos (inclusive de violência simbólica) relativos ao grau de conservadorismo ou liberalismo das concepções sobre a sexualidade, diferencial para homens e mulheres de distintos setores sociais. E possibilita, entre outras coisas, melhor compreensão da persistência de problemas significativos, como o da discrepância entre concepções, desejos e necessidades reprodutivas dos casais e as medidas realmente adotadas por eles para prevenir ou esparçar as gestações e evitar contágio de doenças sexualmente transmissíveis.

Outro artigo, que enfoca implicações das mudanças nos padrões reprodução demográfica, seus significados e características das novas configurações, é o de Guaraci Adeodato de Souza, referente à realidade da Bahia, onde essa experiência histórica se deu com diferenças de teor e ritmo (mais lento até os anos 70), face ao que ocorreu no Sul e Sudeste.

Com microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, este trabalho reconstrói variações temporais e diferenças de padrões de sucessão das gerações, entre grandes estratos sociais e grupos geracionais, apontando, por aproximações sucessivas, as principais implicações das ações combinadas, compensatórias ou contraditórias dos processos demográficos para as carreiras reprodutivas, o tamanho e a composição das proles, descendências e grupos domésticos dos atores sociais envolvidos.

Identifica, no novo quadro social da Bahia, em que segmentos sociais e gerações os níveis de fecundidade surpreendentemente muito baixos, ou **aquém do nível de reposição** (menos de 2,1 filhos por mulher), propiciaram a formação de proles, descendências e grupos domésticos pequenos, apesar da redução importante da mortalidade infantil e do aumento de 2<sup>as</sup> e 3<sup>as</sup> uniões conjugais. E levanta hipóteses sobre as perspectivas para esses segmentos e gerações de alívios de pressões, custos e encargos relativos à sustentação da família, à criação-socialização de filhos e à proteção aos membros mais vulneráveis da família, numa conjuntura crítica. Aponta, também, os segmentos sociais nos quais mães de gerações com 40 anos e mais, que viveram suas carreiras reprodutivas até os anos 80, têm, em 2000, descendências com 4 ou mais filhos sobreviventes, integrando grupos domésticos onde convivem 3 ou mais gerações com nexos genealógicos, ou filhos de gerações distintas. Essas mães provavelmente estão expostas a maiores pressões, custos e encargos de sustentação das suas famílias.

Ao discernir as novas perspectivas implícitas nas configurações sociodemográficas agora dominantes, o artigo discute hipóteses sobre estratégias de sustentação da família, criação-socialização de filhos e proteção aos membros mais vulneráveis e explicita perspectivas conceituais, metodológicas e técnicas relacionadas à própria aplicação empírica do esquema de análise sobre as **persistências e mudanças de padrões de sucessão das gerações** que Souza (1996, 2003) desenvolve há vários anos.

Iracema Brandão Guimarães, considerando o quadro sociodemográfico resultante de várias tendências combinadas (redução da fecundidade, aumento das separações e recasamentos, forte migração para grandes cidades, aumento da residência independente de jovens e de velhos), analisa também diferentes tamanhos de domicílios e arranjos domiciliares, que agora predominam em espaços sociais de Salvador, com características socioeconômicas, habitacionais e de composição racial bem distintas ou desiguais, assim como a

recorrência dos mesmos. Baseia-se em microdados da amostra de domicílios do Censo Demográfico 2000, especialmente os agregados para as 88 “Áreas de Ponderação” (IBGE) existentes em Salvador, que têm correspondência com bairros considerados em outras referências empíricas. E emprega indicadores como número médio de pessoas por domicílio, distribuição de domicílios por classe de número de residentes, distribuição de residentes segundo a relação com o responsável e número de famílias segundo tipos de arranjos domiciliares e idade dos responsáveis. Com isso, traça um mapeamento das diferenças de tamanho, composição, tipos de arranjos domiciliares segundo essas “Áreas de Ponderação” ou bairros, ressaltando suas características sociais e as novas perspectivas de produção e reprodução das condições de vida de diferentes atores sociais, a partir da sua situação no espaço social urbano, e das suas possibilidades de apropriação de capital social e cultural.

O artigo de Maria Rosário de Carvalho é mais um trabalho de história social com inspiração antropológica, construído como uma espécie de *quebra-cabeças*, com umas poucas “listas nominativas”, 62 manuscritos referentes a atos político administrativos, informes a autoridades, relatos, petições, cartas, entre outros, além do apoio em obras de história. A reconstrução histórica de largo curso (1825-1886) que apresenta não tenta quantificações mais precisas, nem poderia, em vista da fragmentação e imprecisão das fontes, ressaltada de saída: “... *informações imprecisas – em certos casos, muito provavelmente, deliberadamente imprecisas –*”. Mas busca delinear figuras, ainda que incompletas ou impressionistas, reveladoras das condições gerais da presença e da reprodução demográfica dos povos indígenas que habitavam ou habitam o Sul e Extremo-Sul da Bahia, associadas ao teor das políticas de construção da sociedade (inclusive de cidades e vilas) e das relações interétnicas dominantes, com seus jogos de violência material e simbólica.

Entre as perspectivas sociodemográficas que sobressaem desse esforço, como hipóteses, está a de que, num contexto de altíssima mortalidade,

inclusive por causas violentas, o componente da sucessão das gerações referente aos modos e condições de preservação da sobrevivência e da saúde assumia importância decisiva para os povos indígenas, expressando-se como **luta pela vida** ou pela existência (individual e coletiva). Combinada a essa luta, as **migrações forçadas** (erradicações, expulsões e recrutamentos) de grupos indígenas e os esforços de integração parcial de índios, estruturados como estratégias de colonização e povoamento da área, podem ter consistido num mecanismo de reposição demográfica, ao lado da fecundidade que, no passado, não poderia ter sido muito baixa, senão os índios do Sul baiano teriam desaparecido; mas eles continuam lá.

José Marcos e Rosana Baeninger buscam identificar os tipos, modalidades e direções das migrações que cortam o espaço social do país, no contexto da crise de virada do século, ressaltando as especificidades e as (re) significações que ocorrem com a mudança de teor nas relações entre movimentos migratórios e desenvolvimento nacional e regional. Ao salientar as imbricações atualmente mais complexas entre essas dimensões, apontam a “*necessidade da busca de novas categorias explicativas*”, para dar conta da interpretação de um componente demográfico muito complexo, que se exprime mediante grande variedade de manifestações. Entre as novas perspectivas de movimentos migratórios, que envolvem redefinições de tendências, o artigo aponta para as seguintes: (1) o recrudescimento dos deslocamentos inter-regionais e interestaduais, nos anos 90, que haviam arrefecido nos 80; (2) a continuidade da centralidade paulista na atração da migração, ainda nos anos 90, apesar dos movimentos de desconcentração em relação a outras regiões, nos anos 80; (3) a diminuição do ímpeto de atração interestadual das áreas de fronteira agrícola, sobretudo no Norte e no Centro-Oeste; (4) a retomada das transferências do Nordeste para o Sudeste, no período 1990-2000, que haviam diminuído nos anos 80; (5) continuidade de altas taxas de crescimento médio anual nas Regiões Metropolitanas, apesar da queda da fecundidade, em função do

peso das migrações. Duas variantes dessas modalidades são também apontadas: a de desconcentração demográfica dos centros das áreas metropolitanas, reorientando fluxos seja para o interior, seja para a periferia dessas áreas e a dos movimentos migratórios de retorno, sobretudo do Nordeste, que cresceu de 221% na década de 90, se comparada com a década de 70. Agora, a partir dos maiores estados tradicionalmente expulsores, ganha força um “*ir e vir*” ou a intensificação de um processo de maior “*circulação*” de pessoas entre duas regiões.

Finalmente, Marilena Corrêa e Maria Andréa Loyola formulam perspectivas relativas a um novo campo de ação médica designado de “*reprodução assistida*” ou das “*novas tecnologias reprodutivas*”, e que se volta para a resolução de dificuldades e impedimentos de procriar. Para tanto, usam-se procedimentos clínicos e “*sociotécnicos*” que suscitam perplexidades e questionamento de toda ordem, inclusive éticos, ante aos quais são necessários esforços de reflexão crítica multidisciplinar e de bioética, além de formulações sobre adequados mecanismos de regulação social. No artigo, as autoras descrevem as principais técnicas aplicadas na clínica – especialmente a inseminação artificial, a fertilização *in vitro*, com as variantes de uso de material genético do casal (*homólogas*) ou de terceiros (*heterólogas*) –, e destacam as principais contradições ou desdobramentos outros, como a produção de embriões “*de sobra*”, canalizados para “*banco de embriões*” ou para a pesquisa. E entre as contradições ou desdobramentos problemáticos ressaltam: (1) os riscos para a saúde de mulheres e bebês, pelo fato de “não existir, do ponto de vista científico, um verdadeiro domínio do processo, desde a fertilização dos óvulos *in-vitro* até a transferência do embrião, sua implantação e o nascimento”; (2) “*a constituição de uma população de embriões congelados em clínicas de RA (dos quais, no caso brasileiro, desconhece-se o número ou a situação)*”; (3) novas possibilidades de “*organização das famílias, da filiação e do parentesco, e das gerações, podem decorrer das diversas possibilidades abertas pelas técnicas de RA e das técnicas distintas complementares, como doação de sêmen, de*

óvulos, de útero, e de embriões humanos". Assim, tais práticas criam, conforme as autoras, a necessidade de "dois eixos complexos de regulação: o dos embriões (pesquisa, intervenção, seleção, descarte, clonagem etc.) e o do acesso à reprodução assistida". E finalizam apontando para algumas questões-chave da bioética e para pontos que precisam ser contemplados na legislação brasileira a esse respeito.

Formulando novas perspectivas sociodemográficas, os trabalhos aqui reunidos dão uma significativa contribuição para o debate sobre grandes questões que afetam a vida social no presente e para a formulação de cenários e hipóteses quanto a problemas futuros, face aos quais se precisa atuar desde já.

## REFERÊNCIAS

- BERQUÓ, E.S.; CAVENHAGI, S. Mapeamento socioeconômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e suas variação entre 1991 e 2000.
- In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, Anais..., Campinas: ABEP, 2004.
- BONGAARTS, J.; BULATAO, R. Completing the demographic transition. *Population and Development Review*, [S.l.], n. 25, p. 515-529, 1999.
- CAMARGO, C.P.F. de. A dinâmica populacional como processo histórico-social. In: SANTOS, J.L.F.; LEVY, M.S.F.; SZHRECSANYI, T. *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p. 12-18.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LESTHAEGE, R.; VANDERHOEFT C. Conceptualisation des transitions vers de nouvelles formes de comportement. In: *Actes de la Chaire Quetelet 1997: théories, paradigmes et courants explicatifs en démographie*. Louvain-la-Neuve: 1999. p. 279-306.
- OLIVEIRA, F. A produção dos homens. Notas sobre a reprodução da população sob o capital. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 16 p. 6-25, 1976.
- SOUZA, G.A.A. de. Difusión de prácticas para limitar la procreación: momentos, mecanismos y determinantes. *Notas de Población*, Santiago do Chile, v. 23, n. 61, p. 9-28, jun., 1995.
- \_\_\_\_\_. *Sucessão das gerações na Bahia. Reencontro de uma totalidade esquecida*, 1996. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do IFCH-UNICAMP, Campinas.
- \_\_\_\_\_. Padrões de sucessão das gerações. Persistências e mudanças históricas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 20, n. 1, p. 5-28, jan./jun., 2003. 316 p.